



MINISTÉRIO DO TURISMO  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS

ANEXO VI

**TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2010**

EMPRESA: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF DA EMPRESA: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

FAX: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

Recebi do Ministério do Turismo, cópia do **Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2010**, com encaminhamento das **Propostas de Preços, exclusivamente por intermédio do sistema eletrônico, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)** a partir de **20/10/2010 até o horário limite da sessão pública, ou seja, às 10h00min, horário de Brasília, do dia 03/11/2010**, no 2º Andar, sala 232 (CPL), Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", em Brasília-DF.

Brasília, de ..... de 2010.

\_\_\_\_\_  
Nome/Cargo do Representante da Empresa

Senhor Licitante, visando a comunicação futura entre este Ministério e essa empresa, solicito o preenchimento **LEGÍVEL E CORRETO** do termo de recebimento do edital e remeter à Comissão, por meio do e-mail: [cpl@turismo.gov.br](mailto:cpl@turismo.gov.br).

**A falta da remessa do termo exige a Administração da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório e de quaisquer informações adicionais.**



**MINISTÉRIO DO TURISMO  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2010**  
PROCESSO Nº 72030.000228/2010-33

- 1.1 **OBJETO:** A presente Licitação tem por objeto a eventual contratação de empresa especializada em serviços de traduções/versões simultâneas e de textos, com revisão, compreendendo a sonorização de ambientes em reuniões, encontros, workshops, seminários, palestras e outros eventos de nível nacional e internacional, incluindo gravação/degravação em CD ou DVD ou outro meio disponível, por demanda, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ANEXO I: Termo de Referência  
ANEXO II: Modelo Proposta de Preços  
ANEXO III: Modelo de Declarações  
ANEXO IV: Minuta da Ata de Registro de Preços  
ANEXO V: Minuta de Contrato  
ANEXO VI: Termo de Recebimento do Edital

| <b>ITEM</b> | <b>ÍNDICE</b>                              |
|-------------|--|
| 1           | DO OBJETO                                  |
| 2           | DA PARTICIPAÇÃO                            |
| 3           | DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO       |
| 4           | DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS             |
| 5           | DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA              |
| 6           | DA ABERTURA DA SESSÃO                      |
| 7           | DA FORMULAÇÃO DOS LANCES                   |
| 8           | DA DESCONEXÃO                              |
| 9           | DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS                |
| 10          | DA HABILITAÇÃO                             |
| 11          | DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO          |
| 12          | DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS             |
| 13          | DOS RECURSOS                               |
| 14          | DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO               |
| 15          | DA FORMULAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS |
| 16          | DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  |
| 17          | DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DO TURISMO    |
| 18          | DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA      |
| 19          | DA ENTREGA                                 |
| 20          | DO CONTRATO                                |
| 21          | DA GARANTIA CONTRATUAL                     |
| 22          | DA RESCISÃO                                |
| 23          | DO PAGAMENTO                               |
| 24          | DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA                    |
| 25          | DA VIGÊNCIA                                |
| 26          | DA REACTUAÇÃO E DO REAJUSTE DOS PREÇOS     |
| 27          | DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS                |
| 28          | DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇO      |
| 29          | DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS      |
| 30          | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS                     |



**MINISTÉRIO DO TURISMO  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2010**

PROCESSO Nº 72030.000228/2010-33

Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO GLOBAL**

Data da Abertura: **03/11/2010**

Data e horário do início do recebimento das propostas: **20/10/2010 às 09h00min**

Data e horário do término do recebimento das propostas: **03/11/2010 às 10h00min**

Endereço: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

A União, por intermédio do Ministério do Turismo, mediante o(a) Pregoeiro(a) designado pela Portaria nº 47, de 21 de Junho de 2010, publicada no D.O.U. do dia 25 de junho de 2010, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados, fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá integralmente à Lei nº **10.520**, de 17 de julho de 2002 e aos Decretos nºs **3.555**, de 08 de agosto de 2000, com redação dada pelo Decreto nº **3.693**, de 20 de dezembro de 2000, alterado pelo Decreto nº **3.784**, de 06 de abril de 2001, e Decreto nº **3.931**, de 19 de setembro de 2001 com as alterações pelo Decreto nº **4.342**, de 23 de agosto de 2002, que regulamentam a modalidade de Pregão e o Sistema de Registro de Preços, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 15 de dezembro de 2006, e subsidiariamente, à Lei nº **8.666**, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações e demais exigências deste Edital e seus Anexos e no processo administrativo epigrafado.

**1 - DO OBJETO**

**1.1** A presente Licitação tem por objeto a eventual contratação de empresa especializada em serviços de traduções/versões simultâneas e de textos, com revisão, compreendendo a sonorização de ambientes em reuniões, encontros, workshops, seminários, palestras e outros eventos de nível nacional e internacional, incluindo gravação/degravação em CD ou DVD ou outro meio disponível, por demanda, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## 2 - DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem cadastrados no portal de compras do Governo Federal - **COMPASNET** para participação de Pregão Eletrônico, desde que:
- 2.1.1 atendam as condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente, ou pelo(a) Pregoeiro(a) ou por membro da Equipe de Apoio (Servidor Público), à vista dos originais;
  - 2.1.2 estejam cadastradas e habilitadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto 3.722/2001, alterado pelo Decreto nº 4.485/2002;
    - 2.1.2.1 as empresas não cadastradas no SICAF, e que tiverem interesse em participar deste pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas(Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 3.722/2001, alterado pelo Decreto nº 4.485/2002);
  - 2.1.3 não esteja sob falência, concurso de credores ou recuperação judicial, dissoluções, liquidações, consórcio de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si; e comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos.
  - 2.1.4 não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
  - 2.1.5 não estejam reunidas em consórcio, por meio de um ou mais de um consórcio ou isoladamente;
  - 2.1.6 não sejam empresas estrangeiras que não funcionem no País;
  - 2.1.7 cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio não pertençam, ainda que parcialmente, à empresa do mesmo grupo que esteja participando desta licitação;
  - 2.1.8 não estejam inadimplentes com a União ou cujo(s) diretor(es) tenha(m) participado de outra empresa que, também, se tornou inadimplente perante a União;
  - 2.1.9 não sejam de propriedade de servidor ou dirigente do órgão ou entidade licitante ou responsável pela licitação.

## 3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 O credenciamento dar-se-á pelo recebimento da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – **Comprasnet** (art. 3º, § 1º do Decreto nº 5.450/2005), no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

- 3.2 Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o(a) Pregoeiro(a), os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica (Art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).
- 3.3 O credenciamento da licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (art. 3º § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).
- 3.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão eletrônico (art. 3º, § 6º do Decreto nº 5.450/2005).
- 3.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Ministério do Turismo, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

#### 4 – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 A participação no Pregão dar-se-á por meio da utilização da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento das propostas com a descrição do **objeto ofertado** e o **preço** com valores unitários e totais, a partir da data da liberação do presente edital no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) **até o horário limite do início da sessão pública, ou seja, às 10h00min do dia 03/11/2010**, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 4.2 Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento dos termos do Edital, o cumprimento aos requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.
- 4.2.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 4.3 O preço proposto, computando todos os custos necessários à perfeita aquisição do objeto deste Edital, bem como todos os impostos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, deverá ser registrado, selecionando o item único, unitário e total.
- 4.4 A proposta deverá ser formulada e enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, bem como atender as seguintes exigências:
- a) conter as especificações do objeto de forma clara; e
  - b) conter planilha de preços, com a descrição do item cotado, indicando o valor unitário e valor total do item, no qual deverão estar computados todos os custos necessários à aquisição dos dispositivos, objeto deste Edital, bem como todos os impostos, fretes, seguros, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

- 4.5 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título; não cabendo, desta forma, quaisquer ônus adicionais ao MTur.
- 4.6 A licitante será responsável formalmente por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.
- 4.7 Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.8 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 4.9 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 4.9.1 Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 4.10 As especificações dos materiais deverão ser as constantes do Termo de Referência.

## **5 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

- 5.1 O(A) Pregoeiro(a) efetuará a análise da aceitabilidade da proposta, verificando se os materiais cotados estão adequados às especificações contidas neste Edital.
- 5.2 O(A) Pregoeiro(a) desclassificará as propostas em desacordo com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 5.3 A desclassificação das propostas será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.4 As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.
- 5.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes.
- 5.6 Por força dos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:
- a) como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada;
  - b) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

- c) a nova proposta de preços mencionada na alínea anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);
- d) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- e) no caso de equivalência de valores apresentados pela microempresa e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas na no disposto na alínea "b", será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
- f) na hipótese da não contratação nos termos previsto na alínea b, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame; e
- g) o procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa de pequeno porte.

## **6 - DA ABERTURA DA SESSÃO**

- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela Internet), dirigida por um(a) Pregoeiro(a), a ser realizada, de acordo com o Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

## **7 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

- 7.1 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase dos lances.
- 7.2 Aberta a fase competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.3 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão e as regras de aceitação dos mesmos.
- 7.4 As licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por elas ofertados e registrados pelo sistema.
- 7.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.6 Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 7.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), quando será acionado o sistema aleatório (randômico).

7.8 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

## 8 - DA DESCONEXÃO

8.1 No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos; retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, para sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.1.1 Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

## 9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL** conforme definido neste Edital e em seus Anexos.

9.2 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

9.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.4 Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, e verificará a habilitação da licitante conforme disposições deste Edital.

9.5 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

9.6 Se a proposta vencedora não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda à este Edital.

9.6.1 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

9.7 Após o encerramento da sessão da etapa de lances a licitante detentora da melhor oferta deverá encaminhar, impreterivelmente no prazo máximo de **02 (duas) horas**, por meio do fax **(0xx61) 2023-7207**, endereço eletrônico [cpl@turismo.gov.br](mailto:cpl@turismo.gov.br), ou pelo comprasnet (**conforme o solicitado pelo(a) Pregoeiro(a)**), a proposta de preços contendo: razão social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, dados bancários (como: banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento), prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da sessão deste Pregão, e as especificações detalhadas do objeto ofertado, acompanhada das planilhas, atualizadas em conformidade com os lances eventualmente ofertados, com



posterior encaminhamento do original ao(a) Pregoeiro(a) no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da solicitação do mesmo no sistema eletrônico.

9.7.1 A proposta de preços descrita no subitem anterior deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo representante legal da licitante.

9.8 Sendo classificada a proposta da licitante detentora da melhor oferta, esta deverá comprovar, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, sua condição de habilitação, na forma do que determina o item 10 deste Edital, podendo esta comprovação se dar por meio do fax nº **(0xx61) 2023-7207**, e no que couber por meio de consulta ao SICAF, conforme o caso, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada ao(a) Pregoeiro(a) no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da sua solicitação no sistema eletrônico.

9.9 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas ao certame licitatório, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

## 10 - A HABILITAÇÃO

10.1 A habilitação das licitantes será verificada “*on line*” por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.2 Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sítios emitentes das certidões vencidas, será exigido o envio da documentação via *fac símile*, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, por meio do fax **(0xx61) 2023-7207**, endereço eletrônico [cpl@turismo.gov.br](mailto:cpl@turismo.gov.br), ou pelo comprasnet **(conforme o solicitado pelo(a) Pregoeiro(a))** após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico.

a) Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax ou eletronicamente deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, no o endereço indicado no subitem **13.6**.

10.3 Para a habilitação, a licitante detentora da melhor oferta, deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei nº 8.666/93, Instrução Normativa/MARE nº 5/95 e Decreto nº 3.722/2001, alterado pelo Decreto nº 4.485/2002, conforme modelo do Anexo II deste Edital;

b) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme contidas na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, conforme modelo do Anexo II deste Edita;

c) Atestado de Capacidade Técnica, expedido em nome da proponente, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove o seu desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação.

#### 10.4 Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores e de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização, para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

#### 10.5 Relativos à Regularidade Fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN);
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

#### 10.6 Relativos à Qualificação Econômico – Financeira

- a) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- c) a boa situação financeira da licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta *on line* no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d) a licitante que apresentar índices econômicos igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor total de sua proposta escrita, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

10.7 Por força dos §§ 1º e 2º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, as microempresas - ME e as empresas de pequeno porte - EPP que tenham interesse em participar deste pregão, na forma eletrônica deverão observar:

a) no momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante vencedora da melhor proposta seja uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada toda a documentação, nos termos do **item 10 – Habilitação**, deste edital, ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal apresentem alguma restrição, bem como alguma espécie de documento que venha a comprovar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

a.1) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, o proponente deverá regularizar a documentação no prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o mesmo for declarado vencedor do certame.

10.8 **Das Disposições Gerais de Habilitação:**

- a) A licitante já regularmente cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ficará dispensada de apresentar os documentos relacionados nos subitens 10.4, 10.5, e nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 10.6. Devendo, comprovar, se for o caso, a situação especificada na alínea “d” do subitem 10.6.
- b) Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada em cartório competente ou por publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópia simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio.
- c) Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

## 11 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 11.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
- 11.2 Caberá ao(a) pregoeiro(a), auxiliado(a) pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.3 Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será definida e publicada designada nova data para a realização do certame.
- 11.4 Não serão aceitas petições de impugnação sem assinatura do representante legal da empresa, enviadas por fax, e-mail ou similar.

## 12 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 12.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a) até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço: [cpl@turismo.gov.br](mailto:cpl@turismo.gov.br).

## 13 - DOS RECURSOS

- 13.1 Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.2 A manifestação da intenção de recorrer será realizada exclusivamente no âmbito do Sistema Eletrônico, em campos próprios.
- 13.3 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 13.1, importará decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado(a) a adjudicar o objeto da licitação à licitante declarada vencedora.
- 13.4 O acolhimento de recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.5 Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.
- 13.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Comissão Permanente de Licitação, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", Sala 232, 2º Andar, em Brasília – DF, nos dias úteis, no horário de 9h00m às 11h45m e de 14h00m às 17h45m.

## 14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1 A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo(a) Pregoeiro(a), sempre que não houver recurso ou após sua apreciação, pela autoridade competente.
- 14.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora, pelo(a) Pregoeiro(a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

## 15 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1 Homologado o resultado da licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços com a licitante vencedora, observada a ordem de classificação do **Item**.
- 15.2 O Ministério do Turismo convocará formalmente a licitante adjudicatária, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, informando o local, data e hora para a reunião de assinatura da Ata de Registro de Preços, que terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

15.2.1 No ato da convocação será informado, também, o preço unitário que constará da Ata.

15.2.2 Desde que devidamente justificado e aceito pelo Ministério do Turismo, o prazo previsto no subitem 15.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado.

15.3 Caso uma licitante colocada em primeiro lugar seja convocada e não compareça ou se recuse a assinar a Ata de Registro de Preços, o Ministério do Turismo, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital, registrará outra licitante, na ordem de classificação, no item.

15.4 O resultado da Ata de Registro de Preços decorrente deste certame será, em qualquer hipótese, publicado na imprensa oficial, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

## **16 - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1 Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado deste Pregão, mediante prévia consulta ao Ministério do Turismo, desde que devidamente comprovada a vantagem, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados.

16.2 Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optarem pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

16.3 O Ministério do Turismo será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos, respeitando-se a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.

16.3.1 Somente quando a primeira licitante registrada para o item atingir o limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços é que será indicada a segunda, e assim sucessivamente, podendo ser indicada mais de uma ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido for superior à capacidade do licitante da vez.

## **17 - AS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DO TURISMO**

17.1 - De acordo com o especificado no item 5 do Termo de Referência.

## **18- DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

18.1 - De acordo com o especificado no item 4 do Termo de Referência.

## **19 – DA ENTREGA**

- 19.1 Os produtos e serviços serão recebidos, mediante aprovação pelo fiscal do contrato, que deverá ser de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

## **20 - DO CONTRATO**

- 20.1 Independentemente de sua transcrição, para todos os efeitos legais, farão parte do Contrato que vier a ser assinado, todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, na Proposta de Preços da Licitante Vencedora e na Nota de Empenho.
- 20.2 Após homologação deste certame, a Licitante Vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, por escrito, para apresentação da garantia e assinatura do Contrato, nos termos da Minuta constante do Anexo V deste Edital.
- 20.3 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Licitante Vencedora e aceita pela Administração do Ministério do Turismo.
- 20.4 Se a Licitante Vencedora convocada, dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se a assinar o Contrato, conforme disposto no inciso XXIII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital e seus Anexos, podendo o(a) Pregoeiro(a), ainda, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, sendo este declarado vencedor, na forma dos incisos XVI, XVII do art. 4º Lei em comento.
- 20.5 A Licitante Vencedora está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, determinados pelo Ministério do Turismo, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, na forma do § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

## **21 - DA GARANTIA CONTRATUAL**

- 21.1 A Licitante Vencedora prestará garantia no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, podendo optar por uma das modalidades de que trata o § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93.
- 21.2 Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a Licitante Vencedora obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo, máximo, de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Ministério do Turismo.

## **22 - DA RESCISÃO**

- 22.1 A inexecução total ou parcial do futuro Contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

## **23 - DO PAGAMENTO**

- a) Os pagamentos dos serviços por produtos ou horas, ocorrerão até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, após o adimplemento das obrigações mensais pela empresa contratada,

mediante apresentação de relatório de serviços e da Nota Fiscal/Fatura, em duas vias, atestadas por servidor devidamente designado pelo Ministério.

- b) Os pagamentos serão efetuados mediante depósito bancário na conta corrente da licitante vencedora, através de ordem bancária contra o Banco do Brasil S/A, ou em qualquer entidade bancária indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.
- c) Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplementos devidamente circunstanciados e justificados, ou que esteja com qualquer pendência junto ao SICAF, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.
- d) Na ocorrência de eventual atraso de pagamento, provocado exclusivamente pela **CONTRATANTE** devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde,}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- e) Dos pagamentos efetuados pela Administração, serão obrigatoriamente retidos na fonte, os tributos e contribuições de que dispõe o art. 64 e seus §§, da Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF nº 23/01.

## 24 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1 As despesas decorrentes do presente Pregão correrão à conta do Orçamento Geral da União, no presente exercício, no Programa de Trabalho 23.122.1166.2272.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39, Fonte: 0100. No exercício de 2011 as despesas correrão conforme item 7 do Termo de Referência.

## 25 - DA VIGÊNCIA

25.1 A Ata de Registro de Preços decorrente deste Certame vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

25.2 O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, nos termos do art. 57, da Lei nº 8666/93, com suas alterações posteriores.

## **26 - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

26.1 Ocorrendo a prorrogação prevista no item 25.2, visando a adequação aos novos preços de mercado e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contados da data de apresentação da proposta, o preço consignado no consequente Contrato poderá ser repactuado, cabendo a Licitante Vencedora, no escopo da sua solicitação, justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do Ministério do Turismo, na forma prevista no Artigo 5º do Decreto nº 2.271, de 07.07.97.

26.2 Ainda com referência à prorrogação prevista no item 25.2, visando a adequação aos novos preços de mercado e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data de apresentação da proposta, o preço consignado no consequente Contrato poderá ser reajustado, desde que devidamente observada a Convenção Coletiva de Trabalho da Respectiva Categoria Profissional.

## **27 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

27.1 Na hipótese de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas pela Empresa Licitante, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, o MTur poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes sanções:

**a)** advertência, por escrito;

**b)** multa equivalente a 10% (dez por cento), pela recusa da prestação dos serviços ou por prestá-los em desacordo com o ora pactuado, calculada sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da notificação;

**c)** suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o Ministério do Turismo, por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.7.2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea “b” desta Cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

27.2 Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo MTur, a Empresa Licitante ficará isenta das penalidades supra mencionadas.

27.3 A multa referida no *caput* deste item será recolhida diretamente ao MTur, no prazo acima previsto, ou descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.



27.4 As penalidades previstas neste item são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **28 - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

28.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

28.2 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do Art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

28.3 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado e definidos o novo preço máximo a ser pactuado pela Administração, a Licitante Vencedora registrado será convocado pelo Ministério do Turismo para alteração do preço da Ata, mediante aditamento.

## **29 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

29.1 O Fornecedor terá o seu registro de preços cancelado:

29.1.1 A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento.

29.1.2 Por iniciativa do Ministério do Turismo, quando:

- a) o Fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) o Fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- d) o Fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, ou nos pedidos dela decorrentes;
- f) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

29.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Ministério do Turismo.

29.3 Na hipótese de cancelamento do registro de alguma licitante vencedora, o Ministério do Turismo fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais licitantes a nova ordem de registro.

### **30 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 30.1 É facultada ao(a) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 30.2 Fica assegurado ao Ministério do Turismo o direito de revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la, de ofício, por ilegalidade ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 30.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para os serviços pretendidos, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 30.4 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Ministério do Turismo não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 30.5 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 30.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 30.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do(a) Pregoeiro(a).
- 30.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Ministério do Turismo.
- 30.9 O não atendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- 30.10 A falta da remessa via e-mail [cpl@turismo.gov.br](mailto:cpl@turismo.gov.br), do Termo de Recebimento, Anexo VI, exime a Administração da comunicação de eventuais retificações ocorridas
- 30.11 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura Ata de Registro de Preços.
- 30.12 A licitante Vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos, ou supressões determinadas pelo Ministério do Turismo, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor atualizado de cada item, na forma do § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações.

- 30.13 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 30.14 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação pertinente.
- 30.15 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, que não possam ser resolvidas administrativamente, será o da Seção Judiciária do Distrito Federal.
- 30.16 Qualquer pedido de esclarecimento, em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, o(a) Pregoeiro(a), na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", Sala 232, 2º Andar, em Brasília – DF, ou por meio do Fax: (0\*\*61) 2023-7207, ou ainda pelo e-mail: [cpl@turismo.gov.br](mailto:cpl@turismo.gov.br)
- 30.16.1 As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.
- 30.16.2 As licitantes deverão considerar as especificações contidas no Edital e seus Anexos, as quais estarão registradas no site COMPRASNET em códigos com especificações diferenciadas do edital. Para fins de empenho, serão consideradas as especificações do Edital e da proposta da Licitante Vencedora.
- 30.16.3 Estarão disponíveis no site do MTur, questionamentos, recursos, impugnações e outras informações necessárias sobre o processo licitatório: [www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)

**Brasília - DF,**

**de 2010.**

**José Reinaldo Rodrigues de Freitas**  
Pregoeiro



**MINISTÉRIO DO TURISMO  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Contratação de serviços especializados em traduções/versões simultâneas e de textos, com revisão, compreendendo a sonorização de ambientes em reuniões, encontros, workshops, seminários, palestras e outros eventos de nível nacional e internacional, incluindo gravação/degravação em CD ou DVD ou outro meio disponível, por demanda, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme disposto a seguir:

| <b>ITEM</b> | <b>SERVIÇO DE TRADUÇÃO SIMULTÂNEA</b>       | <b>QUANT. DIÁRIA DE 6 HORAS</b> |
|-------------|---|---------------------------------|
| 01          | PORTUGUÊS X INGLÊS – INGLÊS X PORTUGUÊS     | 40                              |
| 02          | PORTUGUÊS X ESPANHOL – ESPANHOL X PORTUGUÊS | 60                              |
| 03          | PORTUGUÊS X ALEMÃO – ALEMÃO X PORTUGUÊS     | 5                               |
| 04          | PORTUGUÊS X FRANCÊS – FRANCÊS X PORTUGUÊS   | 12                              |
| 05          | PORTUGUÊS X ITALIANO – ITALIANO X PORTUGUÊS | 5                               |
| 06          | PORTUGUÊS X MANDARIM – MANDARIM X PORTUGUÊS | 5                               |
| 07          | PORTUGUÊS X RUSSO - RUSSO X PORTUGUÊS       | 2                               |

| <b>ITEM</b> | <b>SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E REVISÃO DE TEXTO</b>                 | <b>QUANT. LAUDAS</b> |
|-------------|--|----------------------|
| 01          | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X INGLÊS – INGLÊS X PORTUGUÊS     | 3.630                |
|             | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X INGLÊS – INGLÊS X PORTUGUÊS      |                      |
| 03          | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X ESPANHOL – ESPANHOL X PORTUGUÊS | 3.145                |

|    |  |       |
|----|--|-------|
| 04 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X ESPANHOL – ESPANHOL X PORTUGUÊS  | 1.340 |
| 05 | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X ALEMÃO – ALEMÃO X PORTUGUÊS     | 25    |
| 06 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X ALEMÃO – ALEMÃO X PORTUGUÊS      | 12    |
| 07 | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X FRANCÊS – FRANCÊS X PORTUGUÊS   | 110   |
| 08 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X FRANCÊS – FRANCÊS X PORTUGUÊS    | 70    |
| 09 | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X ITALIANO – ITALIANO X PORTUGUÊS | 25    |
| 10 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X ITALIANO – ITALIANO X PORTUGUÊS  | 12    |
| 11 | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X MANDARIM – MANDARIM X PORTUGUÊS | 12    |
| 12 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X MANDARIM – MANDARIM X PORTUGUÊS  | 7     |
| 13 | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X RUSSO – RUSSO X PORTUGUÊS       | 12    |
| 14 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X RUSSO – RUSSO X PORTUGUÊS        | 7     |
| 15 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X PORTUGUÊS                        | 1.000 |

| <b>ITEM</b> | <b>SERVIÇO DE TRADUÇÃO TEXTO JURAMENTADA</b> | <b>QUANT. LAUDAS</b> |
|-------------|--|----------------------|
| 01          | PORTUGUÊS X INGLÊS – INGLÊS X PORTUGUÊS      | 150                  |
| 02          | PORTUGUÊS X ESPANHOL – ESPANHOL X PORTUGUÊS  | 150                  |
| 03          | PORTUGUÊS X ALEMÃO – ALEMÃO X PORTUGUÊS      | 20                   |
| 04          | PORTUGUÊS X FRANCÊS – FRANCÊS X PORTUGUÊS    | 12                   |
| 05          | PORTUGUÊS X ITALIANO – ITALIANO X PORTUGUÊS  | 12                   |
| 06          | PORTUGUÊS X MANDARIM – MANDARIM X PORTUGUÊS  | 12                   |
| 07          | PORTUGUÊS X RUSSO - RUSSO X PORTUGUÊS        | 12                   |

| <b>ITEM</b> | <b>SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E REVISÃO DE TEXTO<br/>EM REGIME DE URGÊNCIA</b> | <b>QUANT. LAUDAS</b> |
|-------------|--|----------------------|
| 01          | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X INGLÊS – INGLÊS X PORTUGUÊS               | 330                  |
| 02          | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X INGLÊS – INGLÊS X PORTUGUÊS                | 95                   |
| 03          | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X ESPANHOL – ESPANHOL X PORTUGUÊS           | 215                  |
| 04          | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X ESPANHOL – ESPANHOL X PORTUGUÊS            | 60                   |
| 05          | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X ALEMÃO – ALEMÃO X PORTUGUÊS               | 12                   |
| 06          | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X ALEMÃO – ALEMÃO X PORTUGUÊS                | 12                   |
| 07          | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X FRANCÊS – FRANCÊS X PORTUGUÊS             | 85                   |
| 08          | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X FRANCÊS – FRANCÊS X PORTUGUÊS              | 50                   |
| 09          | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X ITALIANO – ITALIANO X PORTUGUÊS           | 12                   |
| 10          | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X ITALIANO – ITALIANO X PORTUGUÊS            | 12                   |
| 11          | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X MANDARIM – MANDARIM X PORTUGUÊS           | 12                   |
| 12          | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X MANDARIM – MANDARIM X PORTUGUÊS            | 7                    |
| 13          | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X RUSSO – RUSSO X PORTUGUÊS                 | 12                   |
| 14          | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X RUSSO – RUSSO X PORTUGUÊS                  | 12                   |
| 15          | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X PORTUGUÊS                                  | 1.000                |

Especificações:

- a) Número mínimo de caracteres por lauda: 1.000;
- b) Prazo regime normal: 10 laudas por dia, no mínimo;
- c) Prazo regime de urgência: 15 laudas por dia, no mínimo.

| <b>ITEM</b> | <b>SERVIÇO DE DEGRAVAÇÃO DE FITAS K7 OU OUTRO<br/>MEIO DISPONÍVEL</b> | <b>QUANT. HORAS</b> |
|-------------|---|---------------------|
| 01          | PORTUGUÊS X INGLÊS – INGLÊS X PORTUGUÊS                               | 385                 |
| 02          | PORTUGUÊS X ESPANHOL – ESPANHOL X PORTUGUÊS                           | 370                 |
| 03          | PORTUGUÊS X ALEMÃO – ALEMÃO X PORTUGUÊS                               | 60                  |
| 04          | PORTUGUÊS X FRANCÊS – FRANCÊS X PORTUGUÊS                             | 145                 |
| 05          | PORTUGUÊS X ITALIANO – ITALIANO X PORTUGUÊS                           | 35                  |
| 06          | PORTUGUÊS X MANDARIM – MANDARIM X PORTUGUÊS                           | 25                  |
| 07          | PORTUGUÊS X RUSSO - RUSSO X PORTUGUÊS                                 | 25                  |

| <b>ITEM</b> | <b>SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO</b>  | <b>QUANT.<br/>ESTIMADA DE<br/>DIÁRIAS DE 12<br/>HORAS (12<br/>MESES)</b> |
|-------------|---------------------------------|--|
| 01          | canal                           | 85   |
| 02          | Microfones para intérpretes     | 85   |
| 03          | Fones de ouvido para intérprete | 85   |
| 04          | Caixas acústicas                | 85   |
| 05          | Amplificador                    | 85   |
| 06          | Mesa mix com transmissor        | 85   |
| 07          | Microfones sem fio              | 85   |
| 08          | Microfones de lapela sem fio    | 85   |
| 09          | Microfones de mesa com fio      | 85   |
| 10          | Pedestal para microfone         | 85   |
| 11          | Operador de mesa mix            | 85   |

| <b>ITEM</b> | <b>SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DA TRADUÇÃO SIMULTÂNEA</b> | <b>QUANT. ESTIMADA DE DIÁRIAS DE 12 HORAS (12 MESES)</b> |
|-------------|---|--|
| 01          | Locação de 01 a 50 fones receptores                   | 50   |
| 02          | Locação de 51 a 100 fones receptores                  | 50   |
| 03          | Locação de 101 a 150 fones receptores                 | 50   |
| 04          | Locação de 151 a 200 fones receptores                 | 50   |
| 05          | Locação de 201 a 250 fones receptores                 | 50   |
| 06          | Locação de 251 a 300 fones receptores                 | 50   |
| 07          | Locação de 301 a 350 fones receptores                 | 18   |
| 08          | Locação de 351 a 400 fones receptores                 | 18   |
| 09          | Locação de 401 a 450 fones receptores                 | 18   |
| 10          | Locação de 451 a 500 fones receptores                 | 18   |
| 11          | Locação de 501 a 550 fones receptores                 | 18   |
| 12          | Locação de 551 a 600 fones receptores                 | 18   |

| <b>ITEM</b> | <b>SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CABINES</b> | <b>QUANT. ESTIMADA DE DIÁRIAS DE 12 HORAS (12 MESES)</b> |
|-------------|--------------------------------------|--|
| 01          | Locação de uma cabine                | 140  |
| 02          | Locação de duas cabines              | 135  |
| 03          | Locação de três cabines              | 65   |

## **2. JUSTIFICATIVA**

A contratação dos serviços de tradução/versão de textos, interpretação simultânea e consecutiva nos idiomas inglês, espanhol, francês, italiano, alemão, mandarim e russo, locação de equipamentos de tradução simultânea, gravação e sonorização ambiente e filmagem digital e serviços de degrevação de mídia, CD ou DVD, para atendimento aos diversos órgãos do Ministério do Turismo, se faz necessária em função dos documentos oficiais, materiais de divulgação das ações e programas do Ministério, reuniões de trabalho, seminários, encontros e afins com organismos internacionais nos quais a tradução, interpretação e registro em áudio e imagem são de suma importância.



### **3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A contratação dos serviços pretendidos e descritos no objeto deste Termo de Referência tem amparo do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações, Decreto 3.931 de 19 de setembro de 2001, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e modificações posteriores bem como das disposições do Edital e de seus anexos.

### **4. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

- a) Disponibilizar os equipamentos/aparelhagem necessários à sonorização de ambientes, gravações e de gravações, visando a perfeita execução dos serviços;
- b) Manter à disposição do MTur representante credenciado, bem como equipe de profissionais, especialmente designados para representá-la na execução dos serviços, através de documento próprio;
- c) Diligenciar no sentido de que seus profissionais se mantenham, quando nas dependências do MTur, devidamente identificados, respeitando as normas e procedimentos de controle de acesso às dependência do MTur;
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas referentes às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de qualquer natureza decorrentes da relação de emprego ou de trabalho do pessoal que for designado para a execução dos serviços contratados;
- e) Responder pela utilização apropriada de equipamentos e meios de comunicação, quando executar serviços nas dependências do MTur, ou em outros locais que venham a ser indicados, assumindo a responsabilidade pelos danos eventualmente causados ao MTur ou terceiros, direta ou indiretamente, por si, seus empregados e prepostos;
- f) Substituir, sempre que solicitado pelo Ministério, qualquer dos integrantes das equipes alocadas na execução dos trabalhos;
- g) A licitante vencedora se responsabilizará pelos serviços contratados quando solicitado fora de Brasília.

### **5. OBRIGAÇÃO DO MTur**

- a) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados;
- b) Solicitar os serviços via correio eletrônico ou fax, informando claramente o prazo de entrega;
- c) Solicitar com antecedência mínima de 02 horas a necessidade de comparecimento do tradutor para promover revisão, no próprio Órgão ou onde se fizer necessário;

- d) Caberá, exclusivamente, ao representante de cada unidade, orientar a execução dos serviços contratados, quanto aos critérios de prioridade, qualidade e condições dos trabalhos, bem como conferir e atestar a prestação dos serviços;
- e) Prestar os esclarecimentos solicitados pela licitante vencedora, atinentes ao objeto do presente instrumento;
- f) Solicitar a substituição de equipamentos que apresentar defeito durante a execução dos serviços;
- g) Supervisionar a execução dos serviços;
- h) Notificar, por escrito, a licitante vencedora na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- i) Solicitar substituição de profissionais que, ao seu critério forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o trabalho;
- l) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

## 6. DO VALOR ESTIMADO

Os serviços, objeto deste Termo de Referência, estão estimados em R\$ 1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil reais).

## 7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo correrão à conta do Orçamento Geral da União, no presente exercício, no Programa de Trabalho 23.122.1166.2272.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39, Fonte: 0100. No exercício de 2011 correrão nos Programas de Trabalho descritos no quadro abaixo:

| PROGRAMAS DE TRABALHO |                       |    |                       |    |                       |
|-----------------------|-----------------------|----|-----------------------|----|-----------------------|
| 1                     | 23.121.1001.2968.0001 | 13 | 23.665.1166.4030.0001 | 25 | 23.695.1166.4054.0001 |
| 2                     | 23.121.1001.4092.0001 | 14 | 23.665.1166.4048.0001 | 26 | 23.695.1166.4084.0001 |
| 3                     | 23.122.1001.2272.0001 | 15 | 23.665.1166.4198.0001 | 27 | 23.695.1166.4620.0001 |
| 4                     | 23.122.1166.2272.0001 | 16 | 23.695.1001.11YN.0001 | 28 | 23.695.1166.4622.0001 |
| 5                     | 23.125.1166.2658.0001 | 17 | 23.695.1163.4040.0001 | 29 | 23.695.1166.4624.0001 |
| 6                     | 23.126.1001.11Y1.0001 | 18 | 23.695.1163.5130.0001 | 30 | 23.695.1166.5130.0001 |
| 7                     | 23.126.1001.4104.0001 | 19 | 23.695.1166.2B39.0001 | 31 | 23.846.1166.0A50.0001 |
| 8                     | 23.126.1166.4044.0001 | 20 | 23.695.1166.10V0.0001 | 32 | 23.846.1166.0173.0001 |
| 9                     | 23.128.1166.4590.0001 | 21 | 23.695.1166.10X0.0001 | 33 | 23.846.1166.0316.0001 |
| 10                    | 23.212.1001.4120.0001 | 22 | 23.695.1166.0564.0001 | 34 | 23.846.1166.0562.0001 |
| 11                    | 23.391.1166.5112.0001 | 23 | 23.695.1166.4038.0001 |    |                       |
| 12                    | 23.571.1001.2C01.0001 | 24 | 23.695.1166.4052.0001 |    |                       |

## **8. DA VIGÊNCIA**

O contrato a ser firmado vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo, por interesse da Administração ser prorrogado mediante Termo Aditivo, para os subseqüentes exercícios financeiros, observado o limite estabelecido no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

## **9. DA GARANTIA**

A empresa a ser contratada deverá prestar garantia no valor correspondente a 2% **(dois por cento)** do valor total do contrato, podendo optar por uma das modalidades de que trata o § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

## **10. FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento será realizado com base na apresentação de notas fiscais emitidas pela licitante Vencedora e apresentadas ao MTur, com especificações detalhadas e a comprovação dos serviços prestados.

## **11. FISCALIZAÇÃO**

- a) Nos termos do art. 67, Parágrafo § 1º, da Lei nº 8.666/93, o MTur designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) Nos termos da Lei nº 8.666/93, constituirá documento de autorização para a execução dos serviços, as respectivas notas de empenho;
- c) O MTur se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, quando apresentados em desacordo com o solicitado;
- d) Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela licitante vencedora, sem ônus para o MTur;
- e) A Licitante Vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da unidade competente do MTur, através de um gestor designado e nomeado mediante Portaria, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- f) A Licitante Vencedora fica obrigada a executar os serviços relacionados neste Termo de Referência, respeitando as especificações, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da fiscalização;
- g) A Licitante Vencedora deverá se responsabilizar por quaisquer danos ou prejuízos causados ao MTur, em decorrência dos serviços executados, incluindo-se também os danos causados a terceiros, a que título for;
- h) Os serviços executados deverão ser entregues dentro do prazo estipulado neste Termo de Referência.

## **12. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ENTREGA DOS SERVIÇOS**

12.1. A modalidade para execução dos serviços será definida pela unidade solicitante, tendo por base o grau de sua necessidade.

12.2. Será caracterizado regime de urgência quando for solicitada a entrega do material traduzido/versão na quantidade no mínimo 15 laudas/dia.

12.3. Será caracterizado regime normal quando for solicitada a entrega do material traduzido/versão na quantidade de no mínimo 10 laudas/dia.

MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA  
Coordenação de Recursos Logísticos

De acordo.

Em        /        /2010

SIMONE MARIA DA SILVA SALGADO  
Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos

Aprovo o Termo de Referência, em        de julho 2010.

RUBENS PORTUGAL BACELLAR  
Diretor de Gestão Interna

PREGÃO Nº 07/2010

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA**

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_ e inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço \_\_\_\_\_, para o fornecimento dos itens abaixo relacionados.

| ITEM            | SERVIÇO DE TRADUÇÃO SIMULTÂNIA              | QUANT. DIÁRIA DE 6 HORAS | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
|-----------------|---|--------------------------|----------------------|-------------------|
| 01              | PORTUGUÊS X INGLÊS - INGLÊS X PORTUGUÊS     | 40                       |                      |                   |
| 02              | PORTUGUÊS X ESPANHOL - ESPANHOL X PORTUGUÊS | 60                       |                      |                   |
| 03              | PORTUGUÊS X ALEMÃO - ALEMÃO X PORTUGUÊS     | 5                        |                      |                   |
| 04              | PORTUGUÊS X FRANCÊS - FRANCÊS X PORTUGUÊS   | 12                       |                      |                   |
| 05              | PORTUGUÊS X ITALIANO - ITALIANO X PORTUGUÊS | 5                        |                      |                   |
| 06              | PORTUGUÊS X MANDARIM - MANDARIM X PORTUGUÊS | 5                        |                      |                   |
| 07              | PORTUGUÊS X RUSSO - RUSSO X PORTUGUÊS       | 2                        |                      |                   |
| <b>SUBTOTAL</b> |   |                          |                      |                   |

| ITEM | SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E REVISÃO DE TEXTO     | QUANT. LAUDAS | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
|------|---|---------------|----------------------|-------------------|
|      | <b>TRADUÇÃO</b>                             |               |                      |                   |
| 01   | PORTUGUÊS X INGLÊS - INGLÊS X PORTUGUÊS     | 3.630         |                      |                   |
|      | <b>REVISÃO</b>                              |               |                      |                   |
| 02   | PORTUGUÊS X INGLÊS - INGLÊS X PORTUGUÊS     | 1.340         |                      |                   |
|      | <b>TRADUÇÃO</b>                             |               |                      |                   |
| 03   | PORTUGUÊS X ESPANHOL - ESPANHOL X PORTUGUÊS | 3.145         |                      |                   |

|    |   |       |                 |  |
|----|---|-------|-----------------|--|
| 04 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X ESPANHOL – ESPANHOL X<br>PORTUGUÊS  | 1.340 |                 |  |
| 05 | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X ALEMÃO – ALEMÃO X<br>PORTUGUÊS     | 25    |                 |  |
| 06 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X ALEMÃO – ALEMÃO X<br>PORTUGUÊS      | 12    |                 |  |
| 07 | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X FRANCÊS – FRANCÊS X<br>PORTUGUÊS   | 110   |                 |  |
| 08 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X FRANCÊS – FRANCÊS X<br>PORTUGUÊS    | 70    |                 |  |
| 09 | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X ITALIANO – ITALIANO X<br>PORTUGUÊS | 25    |                 |  |
| 10 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X ITALIANO – ITALIANO X<br>PORTUGUÊS  | 12    |                 |  |
| 11 | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X MANDARIM – MANDARIM X<br>PORTUGUÊS | 12    |                 |  |
| 12 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X MANDARIM – MANDARIM X<br>PORTUGUÊS  | 7     |                 |  |
| 13 | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X RUSSO – RUSSO X<br>PORTUGUÊS       | 12    |                 |  |
| 14 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X RUSSO – RUSSO X<br>PORTUGUÊS        | 7     |                 |  |
| 15 | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X PORTUGUÊS                           | 1.000 |                 |  |
|    |   |       | <b>SUBTOTAL</b> |  |

| ITEM            | SERVIÇO DE TRADUÇÃO TEXTO JURAMENTADA       | QUANT. LAUDAS | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
|-----------------|---|---------------|----------------------|-------------------|
| 01              | PORTUGUÊS X INGLÊS – INGLÊS X PORTUGUÊS     | 150           |                      |                   |
| 02              | PORTUGUÊS X ESPANHOL – ESPANHOL X PORTUGUÊS | 150           |                      |                   |
| 03              | PORTUGUÊS X ALEMÃO – ALEMÃO X PORTUGUÊS     | 20            |                      |                   |
| 04              | PORTUGUÊS X FRANCÊS – FRANCÊS X PORTUGUÊS   | 12            |                      |                   |
| 05              | PORTUGUÊS X ITALIANO – ITALIANO X PORTUGUÊS | 12            |                      |                   |
| 06              | PORTUGUÊS X MANDARIM – MANDARIM X PORTUGUÊS | 12            |                      |                   |
| 07              | PORTUGUÊS X RUSSO – RUSSO X PORTUGUÊS       | 12            |                      |                   |
| <b>SUBTOTAL</b> |   |               |                      |                   |

| ITEM | SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E REVISÃO DE TEXTO EM REGIME DE URGÊNCIA | QUANT. LAUDAS | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
|------|---|---------------|----------------------|-------------------|
|      | <b>TRADUÇÃO</b>   |               |                      |                   |
| 01   | PORTUGUÊS X INGLÊS – INGLÊS X PORTUGUÊS                       | 330           |                      |                   |
|      | <b>REVISÃO</b>  |               |                      |                   |
| 02   | PORTUGUÊS X INGLÊS – INGLÊS X PORTUGUÊS                       | 95            |                      |                   |
|      | <b>TRADUÇÃO</b>   |               |                      |                   |
| 03   | PORTUGUÊS X ESPANHOL – ESPANHOL X PORTUGUÊS                   | 215           |                      |                   |
|      | <b>REVISÃO</b>  |               |                      |                   |
| 04   | PORTUGUÊS X ESPANHOL – ESPANHOL X PORTUGUÊS                   | 60            |                      |                   |
|      | <b>TRADUÇÃO</b>   |               |                      |                   |
| 05   | PORTUGUÊS X ALEMÃO – ALEMÃO X PORTUGUÊS                       | 12            |                      |                   |
|      | <b>REVISÃO</b>  |               |                      |                   |
| 06   | PORTUGUÊS X ALEMÃO – ALEMÃO X PORTUGUÊS                       | 12            |                      |                   |

|                 |   |       |  |  |
|-----------------|---|-------|--|--|
| 07              | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X FRANCÊS – FRANCÊS X<br>PORTUGUÊS   | 85    |  |  |
| 08              | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X FRANCÊS – FRANCÊS X<br>PORTUGUÊS    | 50    |  |  |
| 09              | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X ITALIANO – ITALIANO X<br>PORTUGUÊS | 12    |  |  |
| 10              | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X ITALIANO – ITALIANO X<br>PORTUGUÊS  | 12    |  |  |
| 11              | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X MANDARIM – MANDARIM X<br>PORTUGUÊS | 12    |  |  |
| 12              | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X MANDARIM – MANDARIM X<br>PORTUGUÊS  | 7     |  |  |
| 13              | <b>TRADUÇÃO</b><br>PORTUGUÊS X RUSSO – RUSSO X<br>PORTUGUÊS       | 12    |  |  |
| 14              | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X RUSSO – RUSSO X<br>PORTUGUÊS        | 12    |  |  |
| 15              | <b>REVISÃO</b><br>PORTUGUÊS X PORTUGUÊS                           | 1.000 |  |  |
| <b>SUBTOTAL</b> |   |       |  |  |

Especificações:

- a) Número mínimo de caracteres por lauda: 1.000;
- b) Prazo regime normal: 10 laudas por dia, no mínimo;
- c) Prazo regime de urgência: 15 laudas por dia, no mínimo.

| ITEM | SERVIÇO DE DEGRAVAÇÃO DE FITAS K7<br>OU OUTRO MEIO DISPONÍVEL | QUANT.<br>HORAS | PREÇO<br>UNITÁRIO<br>(R\$) | PREÇO<br>TOTAL<br>(R\$) |
|------|---|-----------------|----------------------------|-------------------------|
| 01   | PORTUGUÊS X INGLÊS – INGLÊS X<br>PORTUGUÊS                    | 385             |                            |                         |
| 02   | PORTUGUÊS X ESPANHOL – ESPANHOL X<br>PORTUGUÊS                | 370             |                            |                         |



|                 |   |     |  |  |
|-----------------|---|-----|--|--|
| 03              | PORTUGUÊS X ALEMÃO - ALEMÃO X PORTUGUÊS     | 60  |  |  |
| 04              | PORTUGUÊS X FRANCÊS - FRANCÊS X PORTUGUÊS   | 145 |  |  |
| 05              | PORTUGUÊS X ITALIANO - ITALIANO X PORTUGUÊS | 35  |  |  |
| 06              | PORTUGUÊS X MANDARIM - MANDARIM X PORTUGUÊS | 25  |  |  |
| 07              | PORTUGUÊS X RUSSO - RUSSO X PORTUGUÊS       | 25  |  |  |
| <b>SUBTOTAL</b> |   |     |  |  |

| ITEM            | SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO         | QUANT. ESTIMADA DE DIÁRIAS DE 12 HORAS (12 MESES) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
|-----------------|---------------------------------|---|----------------------|-------------------|
| 01              | canal                           | 85  |                      |                   |
| 02              | Microfones para intérpretes     | 85  |                      |                   |
| 03              | Fones de ouvido para intérprete | 85  |                      |                   |
| 04              | Caixas acústicas                | 85  |                      |                   |
| 05              | Amplificador                    | 85  |                      |                   |
| 06              | Mesa mix com transmissor        | 85  |                      |                   |
| 07              | Microfones sem fio              | 85  |                      |                   |
| 08              | Microfones de lapela sem fio    | 85  |                      |                   |
| 09              | Microfones de mesa com fio      | 85  |                      |                   |
| 10              | Pedestal para microfone         | 85  |                      |                   |
| 11              | Operador de mesa mix            | 85  |                      |                   |
| <b>SUBTOTAL</b> |                                 |   |                      |                   |

| ITEM | SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DATRADUÇÃO SIMULTÂNEA | QUANT. ESTIMADA DE DIÁRIAS DE 12 HORAS (12 MESES) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
|------|---|---|----------------------|-------------------|
| 01   | Locação de 01 a 50 fones receptores           | 50  |                      |                   |

|    |                                       |    |                 |  |
|----|---------------------------------------|----|-----------------|--|
| 02 | Locação de 51 a 100 fones receptores  | 50 |                 |  |
| 03 | Locação de 101 a 150 fones receptores | 50 |                 |  |
| 04 | Locação de 151 a 200 fones receptores | 50 |                 |  |
| 05 | Locação de 201 a 250 fones receptores | 50 |                 |  |
| 06 | Locação de 251 a 300 fones receptores | 50 |                 |  |
| 07 | Locação de 301 a 350 fones receptores | 18 |                 |  |
| 08 | Locação de 351 a 400 fones receptores | 18 |                 |  |
| 09 | Locação de 401 a 450 fones receptores | 18 |                 |  |
| 10 | Locação de 451 a 500 fones receptores | 18 |                 |  |
| 11 | Locação de 501 a 550 fones receptores | 18 |                 |  |
| 12 | Locação de 551 a 600 fones receptores | 18 |                 |  |
|    |                                       |    | <b>SUBTOTAL</b> |  |

| ITEM | SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CABINES | QUANT. ESTIMADA DE DIÁRIAS DE 12 HORAS (12 MESES) | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
|------|-------------------------------|---|----------------------|-------------------|
| 01   | Locação de uma cabine         | 140   |                      |                   |
| 02   | Locação de duas cabines       | 135   |                      |                   |
| 03   | Locação de três cabines       | 65  |                      |                   |
|      |                               |   | <b>SUBTOTAL</b>      |                   |

O Valor total desta proposta (somatório dos subtotais) é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Os preços já incluem todos os impostos, taxas, fretes, encargos e custos.

Dados bancários da empresa:

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Conta: \_\_\_\_\_

VALIDADE: Proposta com validade mínima de 60 (sessenta) dias.

**Local e data**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)**

## ANEXO III

### MODELOS DE DECLARAÇÕES

1. Declaração, sob as penas legais, da inexistência de fato superveniente que possa impedir a habilitação neste certame, conforme regulamentação constante da IN/MARE nº 05/95, com alterações da IN/MARE nº 01/2001, inclusive durante toda a vigência contratual, caso venha a ser contratado pelo MTur, conforme modelo de declaração abaixo:

(Nome da empresa)..... CNPJ nº....., sediada (endereço completo)....., declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade – (UF), de de 2010.

\_\_\_\_\_  
(nome e número da identidade do declarante)

2. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme contido na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002.

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor de 14 (catorze) anos na condição de aprendiz.

Cidade - UF, de de 2010.

\_\_\_\_\_



**MINISTÉRIO DO TURISMO  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS**

**ANEXO IV**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos ..... dias do mês de ..... de 2010, a **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º andares, Brasília/DF, doravante denominado simplesmente **MTur**, neste ato representado pelo Diretor de Gestão Interna, Senhor \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ - SSP/DF e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria/SE nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de xxxx, publicada no Diário Oficial da União de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de xxxx, e de outro lado, as Sociedades empresárias doravante denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão para Registro de Preços nº 09/2009, **RESOLVEM** registrar os preços para eventual serviços especializados em traduções/versões simultâneas e de textos, com revisão, compreendendo a sonorização de ambientes em reuniões, encontros, workshops, seminários, palestras e outros eventos de nível nacional e internacional, incluindo gravação/degravação em CD ou DVD ou outro meio disponível, por demanda, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, constantes do Anexo I do Edital do Pregão para Registro de Preços nº 07/2010, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000, 3.784, de 06 de abril de 2001, 3.931, de 19 de setembro de 2001 e 4.342, de 23 de agosto de 2002, que regulamentam a modalidade do Pregão e o Sistema de Registro de Preços, e no que couber, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual serviços especializados em traduções/versões simultâneas e de textos, com revisão, compreendendo a sonorização de ambientes em reuniões, encontros, workshops, seminários, palestras e outros eventos de nível nacional e internacional, incluindo gravação/degravação em CD ou DVD ou outro meio disponível, por demanda, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

## **CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1 A presente Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.
- 2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Ministério do Turismo não será obrigado a adquirir o referido na Cláusula I, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de quaisquer espécies às sociedades empresárias detentoras, podendo inclusive, cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos às detentoras, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Ministério do Turismo, para que este autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos a serem locados, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados.

- 3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pelo(s) Fornecedor(es) signatário(s) da presente Ata de Registro de Preços está especificado no Anexo II, do Edital do Pregão nº 07/2010, de acordo com a respectiva classificação.
- 3.2 Para os fornecimentos decorrentes desta Ata, serão observados os aspectos relativos aos preços e condições constantes do Edital do Pregão nº 07/2010.
- 3.3 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta de preços apresentada, no Pregão nº 07/2010, pela sociedade empresária detentora da presente Ata.

## **CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO**

- a) Os pagamentos dos serviços por produtos ou horas, ocorrerão até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, após o adimplemento das obrigações mensais pela empresa contratada, mediante apresentação de relatório de serviços e da Nota Fiscal/Fatura, em duas vias, atestadas por servidor devidamente designado pelo Ministério.
- b) Os pagamentos serão efetuados mediante depósito bancário na conta corrente da licitante vencedora, através de ordem bancária contra o Banco do Brasil S/A, ou em qualquer entidade bancária indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.
- c) Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplementos devidamente circunstanciados e justificados, ou que esteja com qualquer pendência junto ao SICAF, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.
- d) Na ocorrência de eventual atraso de pagamento, provocado exclusivamente pela **CONTRATANTE** devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os

juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde,}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

e) Dos pagamentos efetuados pela Administração, serão obrigatoriamente retidos na fonte, os tributos e contribuições de que dispõe o art. 64 e seus §§, da Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF nº 23/01.

## CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços deverá ser efetuado após expedição de regular nota de empenho pelo MTur, "autorização de serviços".

6.1 O Fornecedor, quando do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pelo Órgão solicitante, deverá colocar na cópia, que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a recebeu, além da identificação de quem a recebeu.

6.2 A cópia da Autorização de Fornecimento, referida no item anterior, deverá ser devolvida ao Órgão requisitante, a fim de ser anexada ao respectivo processo.

6.3 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, mesmo que a previsão de entrega ultrapasse a data de seu vencimento.

## CLÁUSULA VI - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar às detentoras desta Ata, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis:

**a) advertência**, por escrito;

**b) multa** equivalente a 10% (dez por cento), pela recusa da prestação dos serviços ou por prestá-los em desacordo com o ora pactuado, calculada sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da notificação;

**c) suspensão** temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o Ministério do Turismo, por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;

**d) declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.7.2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea “b” desta Cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

- 7.1 Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente, justificado e aceito pelo MTur, o Fornecedor detentor desta Ata ficará isento das penalidades supra.
- 7.2 As multas referidas nesta Cláusula serão recolhidas diretamente ao MTur, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação ou, quando da efetiva contratação, descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia, ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.
- 7.3 As penalidades previstas nesta Cláusula serão formalmente motivadas nos autos do processo e serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## **CLAUSULA VII – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR**

O Fornecedor poderá ter o seu registro de preços cancelado:

8.1 Por iniciativa do Ministério do Turismo, quando:

- a) descumprir as condições constantes da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
- e) der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços.

8.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Ministério do Turismo.

8.3 A pedido do Fornecedor, quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a

aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

8.4 A comunicação do cancelamento dos preços registrados será feita pessoalmente ou por correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos.

8.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado(s) o(s) preço(s) registrado(s) no dia subsequente à publicação.

## **CLÁUSULA VIII – DA AUTORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A Prestação de serviços objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em todo caso, pelo MTur ou, na hipótese prevista na cláusula III pelo órgão requisitante.

9.1 As emissões de Autorizações de Serviços, suas retificações ou cancelamentos, totais ou parciais, serão, igualmente, autorizadas pelo Ministério do Turismo ou pelo Órgão requisitante ao qual tenha sido facultado à utilização desta Ata de Registro de Preços.

## **CLÁUSULA IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Integram esta Ata o Edital de Pregão Para Registro de Preços nº 07/2010, seus Anexos e as Propostas de Preços das sociedades empresárias: \_\_\_\_\_, classificada em 1º lugar, \_\_\_\_\_, classificada em 2º lugar e \_\_\_\_\_, classificada em 3º lugar, respectivamente, no mencionado certame.

10.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº **10.520**, de 17 de julho de 2002, Decretos nº **3.555**, de 08 de agosto de 2000, **3.693**, de 20 de dezembro de 2000, **3.784**, de 06 de abril de 2001, **3.931**, de 19 de setembro de 2001 e **4.342**, de 23 de agosto de 2002 e no que couber, com a Lei nº **8.666**, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

10.2 As despesas com a execução do futuro Contrato, no presente exercício, correrão à conta do Orçamento Geral da União, no Programa de Trabalho 23.122.1166.2272.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39, Fonte: 0100. No exercício de 2011, correrão nos Programas de Trabalho descritos no quadro abaixo:

| <b>PROGRAMAS DE TRABALHO</b> |                       |    |                       |    |                       |
|------------------------------|-----------------------|----|-----------------------|----|-----------------------|
| 1                            | 23.121.1001.2968.0001 | 13 | 23.665.1166.4030.0001 | 25 | 23.695.1166.4054.0001 |
| 2                            | 23.121.1001.4092.0001 | 14 | 23.665.1166.4048.0001 | 26 | 23.695.1166.4084.0001 |
| 3                            | 23.122.1001.2272.0001 | 15 | 23.665.1166.4198.0001 | 27 | 23.695.1166.4620.0001 |
| 4                            | 23.122.1166.2272.0001 | 16 | 23.695.1001.11YN.0001 | 28 | 23.695.1166.4622.0001 |
| 5                            | 23.125.1166.2658.0001 | 17 | 23.695.1163.4040.0001 | 29 | 23.695.1166.4624.0001 |
| 6                            | 23.126.1001.11Y1.0001 | 18 | 23.695.1163.5130.0001 | 30 | 23.695.1166.5130.0001 |
| 7                            | 23.126.1001.4104.0001 | 19 | 23.695.1166.2B39.0001 | 31 | 23.846.1166.0A50.0001 |
| 8                            | 23.126.1166.4044.0001 | 20 | 23.695.1166.10V0.0001 | 32 | 23.846.1166.0173.0001 |
| 9                            | 23.128.1166.4590.0001 | 21 | 23.695.1166.10X0.0001 | 33 | 23.846.1166.0316.0001 |



|    |                       |    |                       |    |                       |
|----|-----------------------|----|-----------------------|----|-----------------------|
| 10 | 23.212.1001.4120.0001 | 22 | 23.695.1166.0564.0001 | 34 | 23.846.1166.0562.0001 |
| 11 | 23.391.1166.5112.0001 | 23 | 23.695.1166.4038.0001 |    |                       |
| 12 | 23.571.1001.2C01.0001 | 24 | 23.695.1166.4052.0001 |    |                       |

### **CLÁUSULA X - DA PUBLICAÇÃO**

O MTur providenciará a publicação, do extrato, desta Ata de Registro de Preços no Diário Oficial da União, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura.

### **CLÁUSULA XI - DO FORO**

Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços, que não possam ser resolvidas administrativamente.

Brasília, de de 2010.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Diretor de Gestão Interna

#### **FORNECEDOR:**

1º lugar -

2º lugar -

3º lugar -

#### **TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF:



**MINISTÉRIO DO TURISMO  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS**

**ANEXO V**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2010  
PROCESSO Nº 72030.000228/2010-33**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO  
MINISTÉRIO DO TURISMO E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_, PARA O FIM QUE  
ESPECIFICA.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º andares, Brasília/DF, CEP: 70.065-900, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor de Gestão Interna, Senhor \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ - SSP/DF e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria/SE nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de xxxxx, publicada no Diário Oficial da União de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2xxxx, e de outro lado, a Sociedade Empresária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, Senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_

**RESOLVEM** celebrar o presente Contrato de Fornecimento, em conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 72030.000228/2010-33, referente ao Pregão para Registro de Preços nº 07/2010, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos nºs 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, 3931, de 19 de setembro de 2001, alterado pelo Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a contratação de serviços especializados em traduções/versões simultâneas e de textos, com revisão, compreendendo a sonorização de ambientes em reuniões, encontros, workshops, seminários, palestras e outros eventos de nível nacional e internacional, incluindo gravação/degravação em CD ou DVD ou outro meio disponível, por demanda, para atender as necessidades do Ministério do Turismo para atender as necessidades do Ministério do Turismo.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO**

Este Contrato guarda conformidade com o Pregão Para Registro de Preços nº 07/2010 e seus Anexos, vinculando-se, ainda, à Proposta de Preços da **CONTRATADA**, à Nota de Empenho e demais documentos constantes do Processo nº 72030.000228/2010-33 que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Disponibilizar os equipamentos/aparelhagem necessários à sonorização de ambientes, gravações e de gravações, visando à perfeita a execução dos serviços;
- b) Manter à disposição do CONTRATANTE representante credenciado, bem como equipe de profissionais, especialmente designados para representá-la na execução dos serviços, através de documento próprio;
- c) Diligenciar no sentido de que seus profissionais se mantenham, quando nas dependências do MTur, devidamente identificados, respeitando as normas e procedimentos de controle de acesso às dependência do MTur;
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas referentes às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de qualquer natureza decorrentes da relação de emprego ou de trabalho do pessoal que for designado para a execução dos serviços contratados;
- e) Responder pela utilização apropriada de equipamentos e meios de comunicação, quando executar serviços nas dependências do MTur, ou em outros locais que venham a ser indicados, assumindo a responsabilidade pelos danos eventualmente causados ao CONTRATANTE ou terceiros, direta ou indiretamente, por si, seus empregados e prepostos;
- f) Substituir, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, qualquer dos integrantes das equipes alocadas na execução dos trabalhos;
- g) A CONTRATADA se responsabilizará pelos serviços contratados quando solicitado fora de Brasília.

## **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- a) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados;
- b) Solicitar os serviços via correio eletrônico ou fax, informando claramente o prazo de entrega;
- c) Solicitar com antecedência mínima de 02 horas a necessidade de comparecimento do tradutor para promover revisão, no próprio Órgão ou onde se fizer necessário;
- d) Caberá, exclusivamente, ao representante de cada unidade, orientar a execução dos serviços contratados, quanto aos critérios de prioridade, qualidade e condições dos trabalhos, bem como conferir e atestar a prestação dos serviços;

- e) Prestar os esclarecimentos solicitados pela licitante vencedora, atinentes ao objeto do presente instrumento;
- f) Solicitar a substituição de equipamentos que apresentar defeito durante a execução dos serviços;
- g) Supervisionar a execução dos serviços;
- h) Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- i) Solicitar substituição de profissionais que, ao seu critério forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o trabalho;
- l) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS PADRÕES DE QUALIDADE**

Quaisquer serviços executados que não atendam os padrões de qualidade serão recusados, não sendo, inclusive, objeto de faturamento enquanto perdurarem os motivos determinantes da recusa, sujeitando-se ainda à **CONTRATADA** à aplicação de sanções administrativas, correspondentes aos atrasos no cronograma de implantação não justificados.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

Este Contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo no interesse da Administração ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, nos termos do Art. 57, da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO**

Pela execução do objeto deste Contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor estimado de R\$ (.....), conforme valores negociados e fixados no Pregão.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 10.1 Os pagamentos dos serviços por produtos ou horas, ocorrerão até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, após o adimplemento das obrigações mensais pela empresa contratada, mediante apresentação de relatório de serviços e da Nota Fiscal/Fatura, em duas vias, atestadas por servidor devidamente designado pelo Ministério.
- 10.2 Os pagamentos serão efetuados mediante depósito bancário na conta corrente da licitante vencedora, através de ordem bancária contra o Banco do Brasil S/A, ou em qualquer entidade bancária indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.
- 10.3 Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplementos devidamente circunstanciados e justificados, ou que esteja com qualquer pendência junto ao SICAF, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.

- 10.4 Na ocorrência de eventual atraso de pagamento, provocado exclusivamente pela **CONTRATANTE** devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde,}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 10.5 Dos pagamentos efetuados pela Administração, serão obrigatoriamente retidos na fonte, os tributos e contribuições de que dispõe o art. 64 e seus §§, da Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF nº 23/01.

- 10.6. O pagamento somente poderá ser efetuado, após a comprovação da regularidade da **CONTRATADA** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** O pagamento será creditado em nome da **CONTRATADA**, através de Ordem Bancária, no Banco \_\_\_\_\_, Agência nº \_\_\_\_\_, Conta Corrente nº \_\_\_\_\_.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela **CONTRATADA** e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Nenhum pagamento será realizado pelo **CONTRATANTE** sem que antes seja procedida prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, para comprovação de regularidade da **CONTRATADA**, além da comprovação do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida.

**PARÁGRAFO QUINTO.** O **CONTRATANTE** não fará nenhum pagamento à **CONTRATADA**, antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

**PARÁGRAFO SEXTO.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato para efeito de pagamento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente no Ministério do Turismo e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

## **CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste CONTRATO, no presente exercício, correrão à conta do Orçamento Geral da União, no Programa de Trabalho 23.122.1166.2272.0001, Natureza de Despesa: 33.90.39, Fonte: 0100. No exercício de 2011 correrão nos Programas de Trabalho descritos no quadro abaixo:

| PROGRAMAS DE TRABALHO |                       |    |                       |    |                       |
|-----------------------|-----------------------|----|-----------------------|----|-----------------------|
| 1                     | 23.121.1001.2968.0001 | 13 | 23.665.1166.4030.0001 | 25 | 23.695.1166.4054.0001 |
| 2                     | 23.121.1001.4092.0001 | 14 | 23.665.1166.4048.0001 | 26 | 23.695.1166.4084.0001 |
| 3                     | 23.122.1001.2272.0001 | 15 | 23.665.1166.4198.0001 | 27 | 23.695.1166.4620.0001 |
| 4                     | 23.122.1166.2272.0001 | 16 | 23.695.1001.11YN.0001 | 28 | 23.695.1166.4622.0001 |
| 5                     | 23.125.1166.2658.0001 | 17 | 23.695.1163.4040.0001 | 29 | 23.695.1166.4624.0001 |
| 6                     | 23.126.1001.11Y1.0001 | 18 | 23.695.1163.5130.0001 | 30 | 23.695.1166.5130.0001 |
| 7                     | 23.126.1001.4104.0001 | 19 | 23.695.1166.2B39.0001 | 31 | 23.846.1166.0A50.0001 |
| 8                     | 23.126.1166.4044.0001 | 20 | 23.695.1166.10V0.0001 | 32 | 23.846.1166.0173.0001 |
| 9                     | 23.128.1166.4590.0001 | 21 | 23.695.1166.10X0.0001 | 33 | 23.846.1166.0316.0001 |
| 10                    | 23.212.1001.4120.0001 | 22 | 23.695.1166.0564.0001 | 34 | 23.846.1166.0562.0001 |
| 11                    | 23.391.1166.5112.0001 | 23 | 23.695.1166.4038.0001 |    |                       |
| 12                    | 23.571.1001.2C01.0001 | 24 | 23.695.1166.4052.0001 |    |                       |

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

Poderá ser admitida repactuação dos preços ora contratados, desde que este Contrato seja prorrogado e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, cabendo à **CONTRATADA** justificar e comprovar eventual variação dos custos, mediante apresentação da memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do **CONTRATANTE**, na forma prevista no art. 5º do Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67, Parágrafo § 1º, da Lei nº 8.666/93, o MTur designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

- b) Nos termos da Lei nº 8.666/93, constituirá documento de autorização para a execução dos serviços, as respectivas notas de empenho;
- c) O MTur se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, quando apresentados em desacordo com o solicitado;
- d) Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela licitante vencedora, sem ônus para o MTur;
- e) A Licitante Vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da unidade competente do MTur, através de um gestor designado e nomeado mediante Portaria, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- f) A Licitante Vencedora fica obrigada a executar os serviços relacionados neste Termo de Referência, respeitando as especificações, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da fiscalização;

g) A Licitante Vencedora deverá se responsabilizar por quaisquer danos ou prejuízos causados ao MTur, em decorrência dos serviços executados, incluindo-se também os danos causados a terceiros, a que título for;

h) Os serviços executados deverão ser entregues dentro do prazo estipulado no Termo de Referência.

A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, designado pela Diretoria de Gestão Interna, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A fiscalização de que trata o *caput* desta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade na prestação dos serviços e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade do **CONTRATANTE**, em conformidade com o disposto no art. 70, da Lei nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** prestou garantia de execução contratual, na modalidade \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_, correspondente a 2% (dois por cento) do valor global deste Contrato, a qual será liberada somente após o término da vigência do referido Instrumento.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição, no prazo, máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do art. 65, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, mediante Termo Aditivo, numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial da União.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES**

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na prestação dos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos dos §§ 1º e 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Na hipótese de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, o **CONTRATANTE** poderá, garantido a prévia e ampla defesa, aplicar, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes sanções:

a) advertência, por escrito;

- b) multa** equivalente a 10% (dez por cento), pela recusa da prestação dos serviços ou por prestá-los em desacordo com o ora pactuado, calculada sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da notificação;
- c) suspensão** temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o Ministério do Turismo, por um prazo de até 02 (dois) anos, conforme fixar a Autoridade Competente, em função da natureza e gravidade da falta cometida;
- d) declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramentos de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520, de 17.7.2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa prevista na alínea “b” desta Cláusula e demais cominações legais, conforme determina o art. 7º, da Lei em comento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades supramencionadas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** A multa referida no *caput* desta Cláusula será recolhida diretamente ao **CONTRATANTE**, no prazo acima previsto, ou descontada dos pagamentos, eventualmente, devidos pela Administração, da garantia ou, ainda, cobrada judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do art. 86, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** As penalidades previstas nesta Cláusula serão formalmente motivadas nos autos do processo e são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral do **CONTRATANTE**, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações, notificando-se a **CONTRATADA** com antecedência, mínima, de 30 (trinta) dias corridos;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**; ou
- c) judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observados o contraditório e a ampla defesa.



### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Instrumento serão resolvidos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais que regem a matéria.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação, do extrato, deste Contrato no Diário Oficial da União, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura, conforme dispõe o art. 20, do Decreto nº 3.555/2000, atualizado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, que não possam ser solucionadas na forma prevista na Cláusula Décima Oitava deste Instrumento.

E, assim, por estarem de pleno acordo, após lido e achado conforme, as partes firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília, de de .

PELO CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

#### **TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF: